

Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas

Popular and Solidarity Economy and local development:
Relationship led by the organic nature of the initiatives

José Raimundo Oliveira Lima¹

zeraimundo@uefs.br

Resumo. O objetivo deste trabalho é analisar, a partir do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, elementos que contribuem para que a Economia Popular e Solidária se torne uma estratégia para o desenvolvimento local solidário. Nesse sentido, faz-se uma reflexão a partir do que pensam os agentes ou iniciativas dessa economia que participaram de um processo de incubação no período de 2008 a 2012. Destacam-se, para isso, algumas categorias: (a) a Economia Popular e Solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local; (b) orientação, organicidade popular e desenvolvimento local solidário; (c) agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento solidário; e (d) a incubadora universitária como agente articulador da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local solidário. Foi possível chegar à compreensão de que o referido programa pode ser considerado, efetivamente, um agente protagonizador que articula os demais agentes ou iniciativas dessa economia para o desenvolvimento local solidário, por meio do entrelaçamento de saberes, conhecimentos diversos e políticas públicas de incubação.

Palavras-chave: Economia Popular e Solidária, desenvolvimento local solidário, agente ou iniciativa de Economia Popular e Solidária.

Abstract. The aim of this study is to analyze, based on the Program called Incubator of Popular and Solidarity Economy Initiatives (of the Universidade Estadual de Feira de Santana, State of Bahia, Brazil), elements which contribute to Popular and Solidarity Economy becoming a strategy for the solidary local development. In this sense, a reflection is made on the basis of what agents or initiatives that have participated in an incubation process from 2008 to 2012 think of this economy. For this purpose, some categories are distinguished: (a) Popular and Solidarity Economy as a strategy for local development; (b) guidance, popular organicity and solidary local development; (c) agents or initiatives of Popular and Solidarity Economy for solidary development; (d) and the university incubator as a coordinating agent of the Popular and Solidarity Economy for solidary local development. It was possible to conclude that this program can actually be considered a major agent which articulates the other agents or initiatives of this economy for solidary local development by interweaving wisdoms, diverse forms of knowledge and public policies of incubation.

Keywords: Popular and Solidarity Economy, solidary local development, agents or initiatives of Popular and Solidarity Economy.

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana. Av. Transnordestina, s/n, Novo Horizonte, 44036-900, Feira de Santana, BA, Brasil.

Introdução

A Economia Popular e Solidária, apesar das dimensões que ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que pode atingir, ainda é uma economia considerada periférica, pois é aquela que, tendo em vista a sua dinâmica, emerge de reações adversas às imposições do capitalismo globalizante centralizado e verticalizado no poder do mercado.

Essa economia, entretanto, apresenta características ou traços referentes aos laços de pertencimento culturais e geográficos, saberes locais, políticos, educacionais, pertinentes às políticas públicas específicas, entre outros atributos. Favorece o movimento contra-hegemônico pelo desenvolvimento local solidário em detrimento do desenvolvimento tradicional, por conta da possibilidade da construção de uma articulação no seu cotidiano, nas suas relações genuínas e orgânicas.

O desenvolvimento local solidário constitui-se num processo que considera outras dimensões, como social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, e não apenas a mercadológica, abordando elementos pertinentes à dimensão dessa economia. Tal desenvolvimento sincroniza-se globalmente em rede sem perder sua totalidade e características locais, de “baixo para cima”, agregando processos endógenos e exógenos de produção de forma articulada para os interesses das comunidades.

Sendo assim, é preciso mencionar uma forte tendência “localista” que permeia essa perspectiva, que opõe ao “global” qualquer capacidade de influência ou imposição na mobilização dos atores locais. Entretanto, conforme Dowbor e Pochmann (2008), diversas iniciativas que têm como foco o desenvolvimento local se fortaleceram em um ambiente macroeconômico adverso na década de 1990, período de aprofundamento das ideias neoliberais, de desregulamentação do trabalho e de diminuição do Estado na manutenção dos direitos sociais, o que ajuda a desmistificar a ideia segundo a qual o desenvolvimento local nada tem a ver com o ambiente nacional-global.

Entende-se também que a ideia de desenvolvimento local deve estar compreendida em suas múltiplas dimensões, além da econômica, numa abordagem holística dos problemas e questões colocadas para a sociedade (França *et al.*, 2002) que consiga conjugar participação e mobilização social, melhoria nas condições de vida e acesso aos bens materiais e culturais

para a população em geral, das localidades e dos territórios.

Sugere-se, igualmente, um conceito mais amplo de desenvolvimento local solidário que consiga sinalizar com elementos de síntese e superação das ideias anteriores de desenvolvimento e de desenvolvimento local exógeno. Para essa perspectiva, o desenvolvimento segue em um duplo aspecto: quantitativo e qualitativo, conforme Pateo e Sígolo (2010, p. 9):

Desenvolvimento (local solidário) então seria o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode inclusive alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo, qual desses bens se deseja.

A Economia Popular e Solidária se vincula à dimensão do desenvolvimento local solidário de um ponto de vista estratégico para consolidar “modelos” que rompam com o viés economicista, utilitarista, geralmente articulados de forma integrada nas perspectivas do desenvolvimento enquanto produto da modernização, conforme argumenta Singer (2002). Essa estratégia tem apontado para o redimensionamento das ações do desenvolvimento local e sua inclusão na esteira das formas solidárias de desenvolvimento, que conseguem perceber as interconectividades entre os diversos elementos que permeiam a complexidade das questões contemporâneas do mundo do trabalho enquanto um fator capaz de aglutinar saberes, conhecimentos e tecnologias de forma educativa e política.

Nesse contexto, a dinâmica de desenvolvimento não será justificada apenas pelos indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), embora sejam relevantes como medidas referenciais relativas à leitura de cenários socioeconômicos nos quais estamos inseridos e, especialmente, por não dispor de um indicador numérico que a represente de forma ampliada, tendo em vista as dificuldades de quantificação das dimensões supracitadas. Em outras palavras, trata-se daquilo que essas dimensões efetivamente representam para encetar e mobilizar os circuitos de uma economia que se dinamiza a partir da ótica dos movimentos populares. Elas seguem numa direção segundo as necessidades de reprodução da vida com base em uma demanda positiva não criada pela oferta indiscriminada de produtos, simplesmente para serem vendidos ou propiciar negócios

que visam ao aumento das utilidades e riquezas concentradoras e não coletivizadas, mas por um consumo consciente e orientado segundo as necessidades reais dos sujeitos e das comunidades locais.

Por conta disso, não é o processo econômico que orienta as necessidades dos sujeitos detectadas nas diversas dimensões da vida, mas são essas necessidades, observadas nas dimensões da vida materializadas numa demanda positiva, que indicam os rumos da orientação econômica. Decide-se, então, o que deve ser produzido e em que quantidade, quando, como e para quais setores, segundo as prioridades estabelecidas nas localidades, que agreguem maior quantidade de vínculos e relações possíveis, às vezes conflitantes, contudo, especialmente, necessidades representativas das dimensões identitárias, culturais, políticas, de trabalho coletivo, entre outras, encampadas de forma própria pela economia política dos setores populares: a Economia Popular e Solidária.

Essa economia, com efeito, constitui-se na principal estratégia para o desenvolvimento local solidário porque se apropria de forma orgânica de tipologias organizativas que favorecem os processos educativos de trabalho com base em princípios que reforçam a união dos sujeitos em cooperação, autogestão, associação, ação econômica e solidariedade. Seu movimento acontece em contraposição à competitividade, ao individualismo, à lucratividade para acumulação de capital que só tem produzido elementos que, de um lado, formam concentração de riquezas sob o comando de poucos e, de outro, distribuição de pobreza em resíduos de produção à grande maioria da população.

Na perspectiva de Singer (2002), tipologias como cooperativas, associações, empresas recuperadas e grupos solidários permitem gestões mais democráticas e solidárias capazes de abrigar trabalhadores fora do mercado formal de trabalho, mas situados nas diversas dimensões de atuação humana. Por isso, necessitam de investimento público para serem organizadas mediante um processo educativo específico. Ressalta-se que estes trabalhadores, entretanto, pagam um preço pelo endividamento público da estrutura produtiva vigente, mas não são responsáveis pelo déficit público existente como contrapartida, arquitetado pela orientação econômica tradicional.

Salienta-se, ainda, que o desenvolvimento local solidário não tem potencializado o déficit público, o desequilíbrio fiscal, nem o endividamento público progressivo, até porque as

condições orçamentárias dos municípios, das localidades, mormente no Brasil, não o permitem e, além disso, o controle normativo e regulatório sobre o endividamento sempre esteve, e de certa forma ainda está, sob o poder da União.

Nesse sentido, a despeito da situação fiscal das localidades de gestão administrativa própria, juridicamente equivalente a um município ou circunscrição econômica própria, é preciso ressaltar que o “bolo” de receitas tributárias está na ordem de, aproximadamente, 70% da arrecadação na esfera de controle da União, conforme explica Dowbor (2010). Isso, além de se tornar um entrave ao desenvolvimento local, agrega um grande custo operacional na sua redistribuição aos municípios ou localidades, sem falar na corrupção, que é potencializada por tal sistema de distribuição.

Note-se que algumas cidades da Europa, consideradas melhores lugares do mundo para se viver, agregam características semelhantes (desenvolvimento local formado por laços de união e solidariedade), guardadas as devidas proporções. Nesses locais, o sistema de distribuição das receitas tributárias está na ordem inversa à da brasileira, porque entre 50% e 70% circulam nas localidades, não reguladas pelo poder central.

Neste contexto, é preciso produzir uma forma de desenvolvimento que se contraponha à ordem imposta pelo crescimento econômico tradicional permeado de grande endividamento e inversão de capital que não beneficia toda a população, mas sim um pequeno grupo, como, aliás, tem sido a construção de riquezas em várias partes do mundo, de forma concentrada em alguns polos.

Para Furtado (1981), os efeitos desse endividamento, mediante a grande inversão de capital, produzem, em algum momento, crises, desequilíbrios, deseconomias de escala e, conseqüentemente, desníveis de desenvolvimento entre o centro do capitalismo mundial e a periferia subdesenvolvida, cuja dinâmica é sempre muito difícil de ser controlada ou regulada pela sociedade ou pelos trabalhadores organizados.

Esse modelo de orientação econômica, portanto, tem se espalhado numa lógica verticalizada entre continentes, países, regiões, estados, municípios, organizações e, até mesmo, entre indivíduos, provocando variadas conseqüências que rebatem em problemas centrais nas diversas dimensões aqui relatadas, inclusive em comportamentos humanos, relações

de convivência e interpessoais, etc. Trata-se, portanto, dos elementos (princípios e práticas) do modo de produção capitalista como individualismo, competitividade, egoísmo, indiferença em rebatimento como práticas nas relações do dia a dia dos sujeitos, formando uma tessitura de difícil reconformação.

Segundo Santos (2005), a localidade não compreende apenas um espaço físico de delimitações geográficas, mas também um conjunto de elementos que se articulam para a formação política do sujeito na sua integralidade, propiciando-lhe condições de agir de forma contra-hegemônica ao modelo de globalização neoliberal na perspectiva de outro processo de desenvolvimento, mais humanizado e equilibrado.

De acordo com Teixeira (2001), embora o desenvolvimento local esteja inteiramente relacionado ao desempenho político do poder público local, ele não se dá por decreto, antes, constrói-se com os cidadãos. Não depende somente da combinação de recursos e fatores de produção, mas também de fazer aflorar e viabilizar recursos e capacidades diversas. Desse modo, isso significa que não há localidades condenadas à pobreza ou ao desalento *a priori* por uma ordem internacional, antes, espaços sem projetos que oportunizem desenvolvimento ou orientação de uma ação econômica politizada e em outra direção que não a apropriada pela economia tradicional.

Para Migliolli (1985), tanto a orientação econômica como seus resultados estão diretamente relacionados à sensibilidade do agente planejador e podem ser demonstrados nas coerências internas e externas dos planos, programas ou projetos constituídos com base nos instrumentos de orientação econômica, diretos (leis, decretos, normas, regulamentos, etc.) ou indiretos (políticas fiscais, monetárias e cambiais).

Desta forma, o poder público – seja oferecendo, seja negando apoio – de alguma maneira interfere na orientação econômica de determinada localidade ou sociedade. É preciso que este agente planejador seja um sujeito revestido da resistência da economia política dos setores populares, pois, assim, agirá na perspectiva do desenvolvimento local solidário como uma ação orgânica e discricionária.

Nesse caso, a produção e a comercialização de alimentos pela engrenagem econômica – possibilitadas pela fome e/ou fartura que representam, pelas carências inequívocas apresentadas pelos estudos de segurança alimentar que demonstram a má alimentação de forma

generalizada, por exemplo, entre tantas outras – têm evidenciado ser um dos segmentos da economia mais promissores e com características de respostas mais rápida aos investimentos. Constituem-se, portanto, em elemento fundamental para a implantação de políticas de fortalecimento da Economia Popular e Solidária, principalmente em nível local, por serem capazes de influenciar decisivamente no aumento da produtividade e das estruturas que viabilizam menores custos, possibilidades reais de saúde preventiva, processos educativos, preço justo e consumo consciente, facilitando, então, o desenvolvimento local solidário e das redes de economia solidária (Mance, 2004).

Na concepção de Dowbor (1995), as gestões ou intervenções relativas ao planejamento têm se concretizado na orientação de políticas que visam a obter eficácia em determinados pleitos econômicos tradicionais. Tais políticas, ao serem adotadas em algumas especificidades, como educação e desenvolvimento, mesmo de maneira adaptada, certamente apresentam-se como medidas relevantes de responsabilidade do poder público local para o desenvolvimento integrado, tendo na educação a possibilidade de uma importante engrenagem que faz circular também o processo econômico.

Nesse contexto, a coerência e integralidade do conjunto de ações podem mover o poder local ou o movimento da Economia Popular e Solidária para uma orientação da ação econômica local, porque essa economia atua em diversas dimensões da vida social, cultural, ambiental, política e educacional. Assim, move-se através de uma orientação econômica mais ampla e flexível com base nos projetos que se caracterizam, conforme observado neste estudo, pelo aspecto da especificidade da dimensão discricionária local.

Diante disso, ao mesmo tempo em que se ocupa da dimensão local – por meio de políticas públicas específicas – a Economia Popular e Solidária possibilita a “fuga” oportuna das “armadilhas” para a exclusividade do atendimento ao movimento das leis gerais de mercado, “oferta que cria sua própria demanda”, por exemplo, a lei clássica da economia tradicional. Encontram-se nesse contexto ações como o orçamento participativo, as compras públicas efetuadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que possibilitam a alimentação escolar com produtos locais, as cooperativas de trabalho e produção, de crédito, as moedas sociais, em especial, bem como uma agricultura familiar com dinâmica local.

Os projetos que, conforme observado, são parte integrante do processo de planejamento constituem-se em políticas públicas orientadas e atingem as esferas microeconômicas na medida em que estudam, educam e lidam com “unidades” específicas de cooperação, associações, grupos solidários e sujeitos que fazem um consumo consciente e solidário pensado sobre uma lógica dos interesses da comunidade.

Com efeito, o envolvimento do sujeito atrelado à possibilidade de mobilização do poder público local torna-se elemento estruturante da ação contra-hegemônica para o enfrentamento dos grandes planos verticalizados e de natureza indicativa, dinamizados – essencialmente – por uma pressão privada por parte de grupos econômicos de origem externa ou de fora do circuito que propicie uma articulação das coerências de maneira integrada.

Portanto, percebe-se que a ação econômica orientada pela dinâmica da Economia Popular e Solidária apresenta-se como uma estratégia política de coerência interna e externa para o desenvolvimento local e solidário, desde que envolva o sujeito no processo de orientação por meio de mecanismos, especialmente conduzidos por instrumentos diretos, como a criação de leis municipais, centros públicos, fóruns e outros elementos locais de Economia Popular e Solidária. Logicamente, isso deve ser feito sem desconsiderar os impactos e influências dos instrumentos indiretos na criação de moedas sociais e fundos rotativos, por exemplo, porque engendram um relevante processo educativo e de trabalho.

Desta forma, procura-se compreender, neste trabalho, o panorama de atuação da Economia Popular e Solidária, discutindo sua existência a partir das contradições do modelo capitalista, especialmente com base nos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Desta forma, pergunta-se: quais os caminhos que levaram a cooperação, a solidariedade e a autogestão a contribuírem para as tipologias da Economia Popular e Solidária que organizam o desenvolvimento local? De que maneira se estabelece a relação entre a economia tradicional e a Economia Popular e Solidária? Essas questões são de fundamental relevância para o presente estudo e serão discutidas na sequência do trabalho.

Metodologicamente, nesta seção, foram realizadas considerações para sustentação teórica, a partir das quais organizamos as bases para as etapas de pesquisa. A análise e discussão foram feitas para atender aos obje-

tivos pretendidos, a fim de discutir a hipótese de que a Economia Popular e Solidária se constitui numa estratégia que contribui para o desenvolvimento local solidário, tendo a perspectiva dialética da historicidade, totalidade e contradição das relações socioprodutivas.

Os resultados são apresentados em conformidade com o processo de pesquisa integral de nossa tese de doutorado (Lima, 2014), especialmente a partir do estudo dos documentos e da análise das entrevistas.

Desenvolvimento

Nesta seção, foram realizadas a interpretação, discussão e análise sobre os dados e informações que tabulamos e organizamos com base nas etapas de pesquisa. A análise e discussão foram feitas para atender aos objetivos do estudo, a fim de discutir a hipótese de que a Economia Popular e Solidária se constitui numa estratégia que contribui para o desenvolvimento local solidário no município de Feira de Santana (BA).

Com efeito, algumas categorias ao longo das discussões foram ponderadas, como: (a) a Economia Popular e Solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local; (b) orientação, organicidade popular e desenvolvimento local solidário; (c) agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento solidário; e (d) a incubadora universitária como agente protagonista articulador da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local solidário.

As categorias estão elencadas e associadas a cada agente ou iniciativa de Economia Popular e Solidária entrevistada e/ou bloco de documentos levantados. Depois, em um segundo momento, realizamos discussões e análises comuns às diversas entrevistas e documentos, elencadas no que se refere à organicidade de todas as categorias interdisciplinarmente articuladas e então apresentamos as considerações finais.

A Economia Popular e Solidária como estratégia para o desenvolvimento local solidário

A Economia Popular e Solidária torna-se estratégica tendo em vista o ambiente propício enquanto totalidade socioeconômica que possibilita outro horizonte no desenvolvimento local solidário, pensado sem as hie-

rarquias, mediante a autogestão, o trabalho coletivo e democrático, o cooperativismo e o associativismo, sem individualismos egoístas, combatendo competições extremadas e o lucro desenfreado. Trata-se de um movimento, portanto, antagônico ao utilitarismo e à ostentação do consumo fugaz, que ampara o consumo consciente mediante um pacto local, educativo, de encontro equilibrado entre demanda e oferta em rede.

Dentre todas as falas dos agentes pesquisados, mostrou-se comum a afirmação de que a Economia Popular e Solidária é uma economia diferenciada e se orienta em outra perspectiva de desenvolvimento. Destaca-se a afirmação de que “nesta economia todos fazem tudo” dentro das organizações populares solidárias, pois ela propõe relações de trabalho diferenciadas, de modo que em uma de suas iniciativas pode haver divisão do trabalho, algo muitas vezes inevitável; o que não pode, entretanto, é funcionar de forma aleatória, desorganizada, sem coerência. É relevante, portanto, que o trabalho não seja hierarquizado e que não haja exploração do trabalhador.

Nesse sentido, os entrevistados expuseram, dentre outras compreensões, os seguintes entendimentos: (a) de um novo modo de produção; (b) de uma economia popular que articula o trabalho apenas para reprodução da vida, sem a transformação dele em mercadoria; e (c) de um processo educativo que resgata a atuação popular para organização produtiva solidária de forma politizada.

Para vencer o desafio posto pela convivência no mercado capitalista, argumenta-se que a Economia Popular e Solidária, tal qual outras formas de economia, carece de apoio governamental consubstanciado em políticas públicas que contemplem seu desenvolvimento. Muitas delas são pensadas e discutidas de forma coletiva pelo PIEPS/UEFS, segundo documentos do próprio programa (UEFS, 2012), projetos, editais, baremas, entre outros.

Reforça-se a defesa da Economia Popular e Solidária como uma forma econômica que articula elementos como relações de proximidade, feiras diversas, cooperação em rede de comércio justo, empoderamento individual, coletivo e comunitário. Embora tudo isso não seja facilmente quantificado em indicadores, ainda mais frente a uma economia de mercado que goza de uma estrutura macroeconômica respaldada em indicadores de renda, produtividade, emprego, entre outros, alguns agentes argumentaram que justificam sua existência

pela própria pluralidade das diversas formas que permeiam o ambiente de ação macroeconômica, microeconômica e também da Economia Popular e Solidária no mesmo sistema, o que também fortalece o processo educativo e de escolhas entre modelos pela diversidade presente no mesmo ambiente social.

Nesse contexto, pensar a Economia Popular e Solidária é pensar igualmente a própria ideia de desenvolvimento local solidário, porque pressupõe o envolvimento dos sujeitos na construção coletiva de demanda e oferta de produtos e serviços. Ademais, significa considerar a existência de direitos a partir de dimensões que não são negociáveis: empoderamento, liberdade política, educativa, de modo a aproveitar as potencialidades locais, a grande diversidade de formas de produção de riqueza, o que, consequentemente, encaminha o sujeito, os agentes e as iniciativas de pessoas para o atendimento das diversas necessidades locais de formas diferenciadas ou mais apropriadas para melhores condições de desenvolvimento.

Observa-se a demonstração do engajamento necessário para articular a vivência dos sujeitos no ambiente local, na medida em que se destaca que “ninguém vai dar nada de presente, nem o governo” e que a própria economia solidária vai funcionar ou ter apoio pela mobilização das comunidades. A Economia Popular e Solidária e o desenvolvimento local, portanto, estão entrelaçados por uma mobilização comum dos mesmos sujeitos.

Verifica-se que as universidades, por meio de suas incubadoras, desenvolvem atividades com financiamento público obtido mediante editais ou outras formas de fomento e que se encontram disseminados a Economia Popular e Solidária e o trabalho das incubadoras pelo Brasil, tendo em vista que um dos agentes entrevistados avalia o trabalho de incubação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como mais divulgado do que o da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Isso ocorre porque esta economia tem mobilizado políticas públicas entre e nos estados, como no caso da incubadora da UEFS, que obteve um dos seus primeiros financiamentos a partir do edital PNI/PRONINC 03/2009 e do convênio FAPESB/SETRE/SESOL, órgãos estaduais de fomento. Ressalte-se uma primeira iniciativa local incubada com todos os atributos para o desenvolvimento local, podendo adquirir equipamentos, oferecer oficinas, efetuar visitas, entre outras ações, cuja viabilidade só foi possível devido ao referido edital.

Querendo ou não, direta ou indiretamente, a intervenção local aconteceu por conta, principalmente, deste financiamento, e, com isso, os princípios e práticas da Economia Popular e Solidária puderam ser sequenciados nos trabalhos formativos, inclusive a existência da incubadora ou sua primeira estruturação para os demais processos de incubação local.

A Economia Popular e Solidária apresenta-se entrelaçada ao desenvolvimento local solidário, pois os sujeitos protagonistas, agentes ou iniciativas mobilizam-se de forma articulada por um processo que os liga por laços de solidariedade, pertencimento e união na busca de organicidade que tem poder de transformação. A proximidade é um dos elementos que faz a permeabilidade de poder local flexibilizar-se em favor dos movimentos e do fortalecimento dessa economia, restando claro, porém, que é preciso se construir a orientação desse processo de forma orgânica, pois apresenta relações próprias que favorecem estrategicamente algumas situações como as seguintes:

(a) aquela em que a produção é, na maioria das vezes, direcionada para o consumo local, porque envolve os sujeitos num processo único de consumo e produção em redes de produtores e consumidores, ao mesmo tempo inter-relacionados, sem a necessidade prementória de dividir a economia. Trata-se de uma característica das economias locais, de relevância para o desenvolvimento local, em que os trabalhadores produzem e consomem numa dinâmica solidária de tal forma que reduzem seus custos, publicizam seus bens e serviços numa comunicação direta e favorecem a consciência sobre o que se está consumindo. Observa-se esta lógica nas comunidades de pescadores nas quais se realiza a pesca artesanal, beneficiamento e consumo dos excedentes, porém, cuja primeira intenção é garantir o consumo próprio; as hortas comunitárias e outras produções de alimentos, inclusive para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especialmente, que se beneficiam dessa mesma dinâmica;

(b) a distribuição obedecendo a uma lógica informal de cooperação e solidariedade, em que os produtores muitas vezes transportam seus próprios produtos e os dos seus vizinhos, e na qual os consumidores muitas vezes vão à busca dos seus produtos diretamente do produtor, auxiliando ainda na entrega aos vizinhos de forma solidária;

(c) o crédito baseado na conversa, confiança, conhecimento sobre onde se mora e o que

faz o demandante, inclusive uso da metodologia do aval solidário – por meio da qual um vizinho, amigo ou componente da comunidade avaliza pelo outro –, frequentemente empregada pelos bancos comunitários.

Ao se observar tal dinâmica, vê-se que não existem nem existirão iniciativas agravadas de vulnerabilidade, informalidade ou precarização que se sustentem longe desta lógica local, organizativa e de solidariedade, em que coletivamente um colabora com o outro. Ela é, de fato, necessária para dar corpo a tal processo econômico na formação de redes solidárias locais que, por sua vez, quanto mais robustas e consistentes estruturalmente forem, mais ampliarão seu arco de ação para uma abrangência na amplitude local e desta para a regional, seguindo uma orientação ou planejamento próprio, e assim por diante.

Orientação, organicidade popular e desenvolvimento local solidário

Nesta categoria de desenvolvimento, o processo educativo é determinado por uma diversidade de fatores locais e sociais de dimensões políticas, econômicas, ambientais, pedagógicas, entre outras. Dessa forma, necessita ser definido de acordo com seu contexto histórico-social, partindo das estruturas educativas primárias ou elementares, nas relações que o aprendiz trava antes mesmo de iniciar sua escolarização, passando pelo modo como a educação se inicia e, finalmente, como ela se processa no decorrer da vida socioproductiva.

Parece ser de entendimento hegemônico entre os trabalhadores organizados no processo econômico popular e solidário que o desenvolvimento tradicional não possibilita orientação e organicidade amplas que contemplem a expressiva maioria dos trabalhadores. É relevante ressaltar que, ao longo do processo de orientação de uma economia tradicional, mostrou-se que não se alcançam os desenvolvimentos enquanto objetivos esperados dos planos, programas ou projetos. No entanto, permanece constante e inabalável a marcha em prol do desenvolvimento como um horizonte de perspectiva de melhoramento da vida daqueles envolvidos politicamente enquanto agentes dos seus ambientes nacionais, regionais ou locais, quer numa perspectiva de apoios governamentais, quer não governamentais, embora estes se mostrem ca-

recendo de aspectos educativos, processuais e orgânicos para com o grupo interessado no seu planejamento.

Pensar e organizar-se a partir de um horizonte de planejamento, destacando cada etapa do processo de trabalho com sua importância, conhecendo melhor o grupo a que se pertence, melhorando e qualificando as relações, discutindo a gestão nos aspectos de custos e na tomada de decisões são ações que denotam um processo educativo relevante, tanto para a coesão organizativa da iniciativa quanto para organizações que funcionam de maneira a possibilitar o desenvolvimento local solidário de forma integrada, pois no conjunto se vislumbra uma expectativa de longo prazo nos planejamentos necessários no processo de aprendizagem, tanto dos orientadores quanto dos orientados. Nessa perspectiva está incluída a incubadora como um dos elementos articuladores da Economia Popular e Solidária para o processo de desenvolvimento local.

O entendimento sobre o processo educativo envolvente da Economia Popular e Solidária dá coesão ao pensar, ao organizar-se, possibilita ampla reflexão sobre a prática em detrimento do processo contrário, de heterogestão da economia tradicional, que cria competitividade, individualismo e fomenta o egoísmo e a indiferença. Em meio à iniciativa da Economia Popular e Solidária, na busca da organicidade, na defesa do interesse comum, manifestam-se também as contradições presentes nos modelos de desenvolvimento, o que reforça a ideia de Furtado (1963) de que não passam de um mito, pois nunca são bem-sucedidos nos resultados esperados e, além disso, hierarquizam-se em formas subdesenvolvidas de economia que dificultam ainda mais os processos organizativos independentes e facilitam a histórica de subalternidade em que as demandas populares não conseguem fazer-se representadas.

As relações de trabalho na Economia Popular e Solidária, especialmente no processo de organização do trabalho coletivo, dinamizam-se em contraposição às relações técnicas da economia tradicional, porque são discutidas, dialogadas e analisadas mediante a forma autogestionária como maneira democrática e justa deste processo de trabalho. Este processo é eminentemente educativo, tendo contornos que assumem as formas tácitas de saber local, de tecnologias sociais, mas, além disso, de outras formas de conhecimentos elaborados e sistematizados, inclusive, na universidade. Nesta esteira, move-se através

dos agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local solidário em sincronia orgânica, conforme demonstrou o conjunto de agentes existentes e mapeados nesta pesquisa, organizados e integrados em um só corpo tipológico (conjunto de agentes ou iniciativas em processo de incubação estudado), capazes todavia de compreender o todo social, apesar das dificuldades, incompreensões e conflitos.

Mesmo que ainda não esteja completamente organizada pela Economia Popular e Solidária como uma forma de desenvolvimento, em virtude da dinâmica mercadológica predominante que drena as articulações locais, a organicidade deste processo os mantém numa expectativa de vida melhor, por conta dos laços de união ampliados pelo trabalho coletivo organizado.

O processo de busca organizativa conduzido na incubação pela incubadora da UEFS começa pelo resgate do Sindicato Rural, e, depois, ouve-se a Associação local como forma de organização mais específica de relações mais próximas e de necessidades também específicas e comuns à localidade. Assim, na sequência, compreende-se a cooperativa como necessária e mais voltada para questões socioeconômicas, sem perder de vista o empoderamento dos sujeitos, apesar dos conflitos. E, nesse sentido, sem se desperceber da perspectiva rural local, busca-se o apoio da incubadora de iniciativas de Economia Popular e Solidária para ampliar o processo de orientação e de formação.

Observou-se o lugar de onde fala o sujeito representante de cada tipologia no processo de organização e nas suas atividades de trabalho internas, nas suas vidas familiares, mostrando organicidade no conjunto das ações para o desenvolvimento local, pois ressaltam, os sujeitos engajados em suas tipologias, sempre a necessidade de projetos, estudos e trabalhos orientados com participação e coerência interna, externa e política, conforme assevera Migliolli (1985).

Neste contexto, observam-se as políticas orientadas de forma exógena com relação às localidades, como as praticadas pelos governos federal e estadual, em que pese terem no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) o capitaneador das políticas públicas que financiam de alguma forma as incubadoras, embora estas nem sempre tenham acesso direto e regular a este programa, como é a situação da IEPS/UEFS.

A IEPS/UEFS tem se envolvido nas questões-meio (relações administrativas, normativas que não avançam como necessita o setor popular onde está a Economia Popular e Solidária atrelada à dimensão local), demonstrando um vácuo de atuação, organização e orientação. Além disso, o PRONINC e outros órgãos de financiamento de políticas públicas não se mostram acessíveis ao “sofrimento” que acontece na base das organizações populares, ambiente em que a incubadora atua. Assim, a incubadora é chamada, cobrada e responsabilizada pela elaboração de projetos diversos para iniciativas de Economia Popular e Solidária, especialmente geração de trabalho e renda, pois vem sendo aceita como parte integrante da Economia Popular e Solidária enquanto estratégia orgânica para o desenvolvimento local solidário.

Destarte, a necessidade de uma entidade pública acompanhando e orientando projetos também denota a “centralidade” do IEPS/UEFS na elaboração dos registros, na aplicação da sua Carta de Princípios (UEFS, 2010), na confecção de edital ou chamada de seleção para incubação de iniciativas da Economia Popular e Solidária e seleção de bolsistas, bem como no projeto de Feira de Economia Popular e Solidária e da Agricultura Familiar, em parceria com segmentos organizados do Território de Identidade Portal do Sertão (composto de 17 municípios), ainda que do ponto de vista dos financiamentos não haja a devida resposta e isso desestimule professores e demais agentes que sempre estão à frente dos processos de incubação.

Neste contexto, está posta e em ativa dinâmica a orientação dos agentes de apoio e fomento, integrando-se na busca e construção de uma organicidade popular que se faz presente na feitura dos instrumentos e na efetiva participação nos ambientes diversos da Economia Popular e Solidária, propiciando o processo de desenvolvimento local solidário numa expectativa decorrente da união e do trabalho coletivo para esta construção, em que pese a falta de políticas de financiamento efetivo.

Agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento

O agente de desenvolvimento capaz de articular as iniciativas de Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local não pode deixar de ser forjado no movimento des-

ta economia, principalmente porque não pode ser confundido com a figura do agente de desenvolvimento apresentada nos trabalhos e consultorias do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cujas ações se baseiam nos comportamentos individualistas e competitivos das micro e pequenas empresas como modelo organizativo.

Ainda sobre agentes de desenvolvimento, não existe uma definição unânime na literatura, embora haja nas suas conotações de origem jurídica a função de tratar do desenvolvimento econômico, conforme define a Lei Complementar nº 123/2006 (Brasil, 2006).

Os agentes ou iniciativas de Economia Popular e Solidária, entretanto, ganham maior conotação de poder transformador, por serem não só agentes de desenvolvimento, mas também militantes orgânicos do processo de incubação. Nas suas tipologias organizativas, como instrumentos de lutas para enfrentar resistências que encontram quando buscam outra forma de desenvolvimento que não o modelo tradicional, acreditam que só em cooperação e com trabalho coletivo serão capazes de mudar suas realidades.

Verifica-se que, além da geração de trabalho e renda, as dimensões culturais, educacionais e ambientais possibilitam articulações da Economia Popular e Solidária por meio do associativismo porque agregam pessoas para a defesa do desenvolvimento, elemento de que deriva de alguma forma o desenvolvimento local.

As entidades de apoio e fomento à Economia Popular e Solidária se organizam como associações sem fins lucrativos, cooperativas e órgãos universitários (incubadoras e grupos de extensão), entre outros, que dialogam, desenvolvem ações diversas e prestam serviços de apoio e fomento às iniciativas solidárias, seja na forma de ações de formação tanto técnica quanto econômica e política, seja como apoio direto em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito para a incubação e promoção de empreendimentos.

Os gestores públicos, por sua vez, são representantes de governos municipais, estaduais e federais que têm em sua gestão programas explicitamente voltados à Economia Popular e Solidária. Este segmento se faz representar nacionalmente por uma rede de gestores públicos participantes da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como uma das entidades/redes nacionais. A relação entre entidades de apoio e fo-

mento e gestores públicos, necessariamente, envolve diversos agentes ou iniciativas sem os quais a Economia Popular e Solidária articulada ao desenvolvimento local, efetivamente, não acontece.

Alguns dentre os entrevistados definem agentes ou iniciativas de Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento de forma mais elaborada; outros são mais diretos e restritos. Entretanto, segundo a concepção de todos eles, é um agente de desenvolvimento com conhecimento, saber e forma de organização que pode beneficiar a todos num determinado espaço de atuação. Nessa linha está um conjunto de pensamentos e ações presentes no processo de incubação do Programa Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (PIEPS) e em documentos diversos, a exemplo da Carta de Princípios, dos editais de acesso às cantinas, dos projetos de feira, entre outros instrumentos.

Com efeito, todas essas concepções instrumentais estão amparadas na sustentação teórica que trabalhamos, especialmente quanto à forma de contato e ao diálogo produzidos na pré-incubação, incubação e desincubação, momento em que as diversas dimensões da vida se articulam organizadamente em cooperação, associação, autogestão e solidariedade, num processo de produção de riquezas diversas que oscilam entre aspectos valorativos referentes à própria ação econômica e aspectos não valorativos como direitos, empoderamento, relações de confiança, entre outros elementos. O agente de desenvolvimento local tem sido responsável por liderar movimentos locais de diversas ordens e se identifica com sujeitos que têm uma ação ativa nas comunidades.

Esses agentes exercem também papel relevante na construção conjunta de diagnóstico de grupo específico ou que contenha elementos da Economia Popular e Solidária. Participam de oficinas e outros eventos e diálogos que articulam temas relacionados à autogestão, economia solidária, a políticas públicas e à educação popular. Assim, constroem intercâmbio em espaços de formação da incubadora e de outros formadores da organicidade inerente ao trabalho dos agentes locais.

Um movimento embrionário que demarca este processo está datado em 1956, quando José María Arizmendiarieta fundou a primeira cooperativa de produção, que viria a ser a semente do grande complexo cooperativo de Mondragón, no país Basco, na Espanha (Singer, 2002). Outro movimento marcante se situa no

território italiano, com o desenvolvimento dos distritos industriais, segundo a política de desenvolvimento local implementada na *Terceira Itália*, conforme discutido por Putnam (2008).

No Brasil, uma das experiências que podem ser consideradas como inspiração para o movimento da Economia Popular e Solidária, além de algumas de Feira de Santana, acompanhadas ou não pelo PIEPS, situa-se no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia da cidade de Fortaleza (CE). Iniciada em 1998 com a associação de moradores do local, a iniciativa se articulou para a implementação de um banco comunitário como ferramenta para a geração de trabalho e renda e promoção de empreendimentos organizados segundo princípios solidários e em consonância com o I Fórum Social Mundial em 2001. Naquele evento, disseminou-se a importância do movimento, com a articulação de vários fóruns locais e regionais em busca de relações de colaboração solidária inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

São diversas as experiências que norteiam a compreensão de Economia Popular e Solidária, e o processo de incubação vivenciado nas universidades pelas incubadoras em defesa e proliferação desta economia, o que a credencia em conjunto com os demais agentes de desenvolvimento a orientar outro processo de desenvolvimento.

A incubadora universitária como agente articulador da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local solidário

No que se refere ao bom relacionamento com a comunidade, a metodologia de trabalho, a possibilidade de formação e a sensibilidade à vulnerabilidade social, não há dúvidas de que a incubadora universitária desenvolve papel fundamental para a disseminação e compreensão sobre a Economia Popular e Solidária, bem como de que articula a interdisciplinaridade necessária à integração de conhecimentos e saberes. Conforme mencionado no decorrer desta pesquisa, essa economia tem características e atributos de circunscrição local, por sua própria natureza quanto às relações pessoais que se estabelecem, a solidariedade que lhe é peculiar, a forma democrática de gerir agentes/iniciativas e os processos socioprodutivos que

desenvolve, entre outros elementos. Assim, por meio dessa economia, pode-se articular uma forma de desenvolvimento ou uma relação mais aproximada e direta com os setores populares que as incubadoras universitárias têm protagonizado, sendo a “porta de entrada” deste processo.

A incubadora universitária, mediante programas de orientação, assessoria e incubação como uma prática político-pedagógica, traz à baila categorias teórico-metodológicas que demarcam contradições, historicidade, bem como a totalidade que circunda a possibilidade de uma síntese envolvendo o desenvolvimento local solidário, na medida em que sistematiza sua forma de ação, observando intervenções de base interna e externa à comunidade universitária, propiciando compreender uma forma de agir e trabalhar com tipologias organizativas diversificadas, muitas vezes limitadas por recursos diversos e, especialmente, financeiros para fins específicos.

Embora não esteja acontecendo a organização necessária nessa perspectiva para o curto prazo no município de Feira de Santana, notadamente pela posição de uma economia de descentralização concentrada, conforme Cano (1977), cuja dinâmica desagrega outras formas, outros fazeres e outros caminhos socioeconômicos possíveis pela dimensão local, a incubadora na sua Carta de Princípios (UEFS, 2010) sinaliza para a condução política do processo educativo de trabalho coletivo e para outra perspectiva de desenvolvimento.

Os documentos do PIEPS/UEFS sugerem a amplitude temática de atuação da Incubadora da UEFS, articulando conhecimentos da Economia Popular e Solidária em torno do saber local, conhecimento local, das tecnologias sociais, orientando, ainda que em pequena escala, um arranjo de economia local em outra lógica de desenvolvimento, de uma outra economia.

Nas discussões que se seguem, colocam-se em destaque e asseveram-se opiniões, pensamentos e/ou ideias sobre categorias que repercutem nos documentos e/ou transitam em todas as entrevistas entrelaçadas de forma interdisciplinar em todas as categorias. Nelas serão analisados e discutidos elementos que se corroboram entre si, e outros que representam discordâncias, contradições; entretanto, todos visam ao melhor entendimento para a confirmação dos objetivos da pesquisa.

Observa-se que os elementos ressaltados nas entrevistas aparecem, também, nos diversos documentos elencados no quadro de

levantamento documental, e representam ao mesmo tempo semelhanças de compreensão e também diferenças quanto ao fragmento da realidade apresentada na pesquisa.

Um dos agentes de desenvolvimento local discorre que a incubadora é “a porta de entrada” da comunidade presente nas organizações da Economia Popular e Solidária na universidade, capaz de enxergar as diversidades econômicas existentes e organizá-las em seu favor.

A relação entre universidade, via incubadora, e comunidade possibilita acessar os conhecimentos, articular os saberes, bem como outros elementos estruturantes, como autogestão, empoderamento individual, coletivo e comunitário, transporte, serviços e demais possibilidades que decorrem das informações ou conhecimentos que as incubadoras, de alguma forma, detêm, conforme discute Santos (2005) ao discorrer sobre a aproximação da universidade dos segmentos populares. Assim, todos consideram a Economia Popular e Solidária uma economia plural e, consequentemente, estratégica, ou que propicia o desenvolvimento local solidário, pela possibilidade de uma relação democrática entre agentes produtores/consumidores, conforme discute Polanyi (1980).

Nessa perspectiva, infere-se que a tecnologia social, a incubação, metodologias populares de trabalho coletivo, como o mutirão, o adjutório e o trabalho cooperado, apresentam-se como respostas à imposição da tecnologia tradicional e que o conhecimento científico não precisa negar o conhecimento tácito vindo do meio popular para afirmar-se, visto que pode haver uma cooperação promovida pelas incubadoras, conforme reza a Carta de Princípios do IEPS/UEFS (UEFS, 2010).

Observa-se ainda a menção a uma organicidade para os mesmos objetivos que os agentes e iniciativas da Economia Popular e Solidária, os quais planejam como se fossem orientados por eles próprios, em autogestão, sem nenhuma relação de poder hierarquicamente constituído.

Discussão dos resultados

Sobre a Economia Popular e Solidária como estratégia para o desenvolvimento local solidário, infere-se o aspecto da pluralidade na perspectiva de Polanyi (1980), o que quer dizer, entre outras coisas, que essa economia resiste em diversos formatos como uma outra economia dentro de um modelo mercadológico hegemônico da economia tradicional (Gai-

ger, 2003). Além disso, as formas mercantis, não mercantis e não monetárias convivem melhor na perspectiva de uma economia de proximidades, portanto, um sistema de perspectiva local, segundo Teixeira (2001). De fato, só uma economia plural possibilita a existência e crescimento de estratégia de Economia Popular e Solidária como um modelo socioprodutivo subordinado à democracia (Polanyi, 1980).

Nesse contexto, todos os empreendimentos ou iniciativas de Economia Popular e Solidária vivenciam no seu cotidiano relações que denotam formas não mercadológicas, não mercantis ou mercantis simples, bem como formas não monetárias, entre outras.

Sobre a linha de argumentos do que caracteriza um agente de desenvolvimento local, observa-se alguma contradição em afirmações de que os agentes de desenvolvimento são apenas “entidades de apoio e fomento e gestores públicos”, e que o “acesso” e o “apoio” a quem está fora da universidade, sem o conhecimento científico, sem as informações propiciadas pelos programas de governo e pelas incubadoras, por si sós, encaminham e possibilitam uma vida melhor ou uma forma de desenvolvimento diferenciada: “o apoio do governo e da universidade pela incubadora é tudo”. Infere-se daí a contestação de que as organizações mobilizadas são capazes de definir suas formas de agir e o tipo de políticas ou apoio de que necessitam, e que muitas vezes as representações públicas até atrapalham, segundo a perspectiva da produção associada (Novaes, 2011). Entende-se, entretanto, que não basta o apoio público, que este não pode ser paternalista, assistencialista ou patrimonialista, pois, se assim o for, não atinge a liberdade que se almeja para uma forma de desenvolvimento democrática.

Quanto aos direitos (previdenciários, FGTS, etc.) que não são garantidos para os trabalhadores desempregados ou em atividades não formalizadas das iniciativas em processo de incubação inicial amparadas em políticas públicas, questiona-se se este processo organizativo sem direitos não os transforma apenas em cidadãos consumidores, impondo-se a eles o trabalho, conforme assinala Bruno (1996). Parece-nos haver uma preocupação maior dos governos em assegurar o consumo direto, a renda para o consumo, mas e a cidadania política e a luta pela concretização dos seus direitos, como ficam? Nessas comunidades, em paralelo a tais atividades econômicas, estão sendo desenvolvidas ações de educação e de política? Se não

for assim, se a Economia Popular e Solidária não se comportar como uma economia política das classes trabalhadoras subalternizadas, no futuro será “engolida” pelo processo de precarização e expropriação capitalista da imposição do trabalho alienante (Bruno, 2011).

Salienta-se, então, que é preciso que a associação de trabalhadores se mantenha mobilizada, porque para se conseguir apoio governamental tem que haver uma luta constante, é preciso existir organicidade, coesão, ou seja, deve-se fazer brotar ou forjar do próprio movimento uma forma da mobilização permanente e, também, de dentro dele, garantir o funcionamento das atividades socioprodutivas.

Esta perspectiva corrobora o pensamento de Singer (2000) de que o Estado é um ambiente em constante disputa em seu entorno, pois os interesses são diversos, e que no modo de produção capitalista a classe burguesa faz valer a sua vontade; entretanto, a classe trabalhadora, mobilizada pelo movimento da Economia Popular e Solidária e pelos movimentos sociais enquanto sociedade civil organizada, possibilita a esta economia tornar-se um “modo de produção solidário”.

Neste contexto, as relações solidárias sociais comandam as relações técnicas (respeitando o aprendizado do trabalho contido nas mercadorias, propiciado pelas técnicas advindas de processos educativos dos trabalhadores), e não o contrário, como ocorre na economia tradicional. Não se pode assegurar ou garantir viabilidade ou configuração de um modo de produção solidário como bases no movimento solidário a que assistimos, embora a articulação e organização política enquanto classe trabalhadora venha garantindo avanços nos espaços socioeconômicos e de poder em forma de políticas e outros ganhos.

No que se refere ao trabalho da incubadora, todos os agentes reconhecem sua capacidade de perceber, aceitar e trabalhar com os saberes locais; “ela nos enxerga, ela nos vê”, afirma um dos entrevistados. A empatia entrelaça um sentimento de esperança, cordialidade e compreensão da realidade dura e difícil, elementos complexos e contraditórios. Nesses aspectos, aliados a uma relação de confiança, os diferentes processos de incubação, as tecnologias sociais, principalmente, constituem-se como condições próprias para desencadear outra forma de desenvolvimento, conforme discute Dagnino (2010).

Quanto ao PIEPS/UEFS como agente articulador do associativismo, cooperativismo e

grupos solidários, todos reconhecem sua capacidade de unir, somar esforços, estimular a solidariedade, a cooperação tanto no trabalho coletivo nos projetos em incubação quanto na possibilidade de juntar todos os agentes locais num ensinamento solidário, evitando a competição desnecessária entre iguais ou entre aqueles que querem os mesmos objetivos, mostrando que os inimigos estão no mercado da economia tradicional, restringindo, limitando e discriminando, fora da nossa relação, e que todos precisam se unir cada vez mais, pelos atributos que existem nas comunidades, formando, de acordo com o acúmulo das diversas experiências, as redes solidárias (Mance, 2004).

Os cooperados se mostram favoráveis às relações solidárias, e são, notadamente, aquelas iniciativas de cooperação entre pessoas, em detrimento das grandes cooperativas empresariais, que favorecem impulsos competitivos em benefício dos monopólios e oligopólios. Essas iniciativas estabelecem relações entre pessoas jurídicas e pessoas físicas, entre estas e pessoas físicas, e não compõem a natureza do cooperativismo popular, cujas tipologias organizativas, mesmo com a aprovação da nova Lei nº. 12.690/2012 (Brasil, 2012), que sugere alguns avanços, encontram grandes dificuldades de dinamizar suas atividades econômicas em decorrência dos altos custos operacionais, muitas vezes da concorrência contra beneficiários de outras categorias de negócios como aqueles protegidos pelo Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

Os grupos informais procuram orientação para organizar-se, associar-se, trabalhar coletivamente e em colaboração e solidariedade, em contraposição ao que faz o empreendedor individual, o qual busca cuidar do seu próprio negócio mediante uma dinâmica “natural” do modo de produção capitalista que estimula a forma egoísta, escondendo as estratégias de negócio e ocultando os melhores fornecedores dos demais empreendedores como se o “egoísmo humano” fosse algo favorável ao progresso pessoal e à riqueza social, conforme asseverado por Smith (1982) e por Walras (1986) no que se refere ao utilitarismo como forma de agregar valor.

Os trabalhadores associados, além de toda ordem de dificuldades para inserir-se numa atividade comercial de trabalho coletivo, precisam reconstruir suas relações de formas colaborativas, solidárias e democráticas no mesmo mundo do trabalho, conforme Antunes (2006).

As agências de fomento e orientação de políticas públicas, agentes entrevistados no processo de incubação, procuram estimular a relação de solidariedade, embora com grandes dificuldades em decorrência de vários fatores. Entre eles, destacam-se a pouca compreensão dos processos de incubação e de suas variadas dinâmicas e os esforços coletivos que buscam contrapor-se à exploração pela “bancarização” do crédito ou financiamento dos bancos tradicionais com taxas elevadas, em detrimento dos créditos e finanças solidárias e das políticas públicas organizadas pelo PRONINC, que não são facilmente acessados pelas incubadoras isoladamente, mostrando-se ainda incipientes para a escala necessária do desenvolvimento local solidário. A competência e disponibilidade formativa não devidamente adequada dos professores universitários para viabilizar a relação entre universidade e comunidade por meio dos processos de incubação em Economia Popular e Solidária local constitui-se uma outra dificuldade desse processo, entretanto, aponta para possibilidades potenciais.

Conclusão

O envolvimento de todos os agentes no que se refere à possibilidade do desenvolvimento local por meio da Economia Popular e Solidária não é unanimidade, pois nos movimentos populares as pessoas só são reconhecidas enquanto coletivo, pela força de grupo que exercem, e em geral são individualmente invisíveis, inexistentes. Neste caso, ou se articulam com a incubadora e outros agentes dessa natureza ou não serão vistas. Organizar-se sem serem vistas, sem serem enxergadas, não é possível; além disso, esses processos organizativos são educativos, políticos, orgânicos e classistas.

Cada associação, sindicato, cooperativa, grupo solidário ou incubadora pode ser um agente de desenvolvimento local que estimula a solidariedade quando, ao invés da competição, prima pelo trabalho coletivo, no lugar do trabalho de cada um por si, pelo trabalho associado e em cooperação, como forma de organização dos saberes e conhecimento popular do trabalhador.

As universidades que procuram aproximar-se das comunidades locais, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade, forjam nas incubadoras populares agentes com orientação diferenciada do que comumente ocorre em núcleos como empresas juniores, escritórios de negócios ou projetos tecnológicos identifi-

cados com empresas da economia tradicional. Isso se dá porque possibilitam o acesso de fora para dentro da estrutura universitária dos setores que têm dificuldade de acesso ou de agregar conhecimento científico, e muitas vezes dificuldades até de identificar a demanda com o conhecimento popular de que dispõem.

Tem-se observado que a empatia e a boa relação evitam a hierarquização de pessoas e de conhecimentos e o conseqüente entrave à interdisciplinaridade tão necessária à Economia Popular e Solidária numa perspectiva local, pois nenhuma das partes no processo de incubação dessas iniciativas tem se negado à interação.

As associações que articulam relações civis e têm objetivos comuns, ao contrário das empresas individuais que estimulam o lucro e a acumulação de capital, padecem de maiores dificuldades de sistematização de suas rotinas, trabalhos e organização; por isso, necessitam do apoio das incubadoras populares universitárias e das políticas públicas. Não obstante, denotam-se como elemento necessário à organicidade essencial para a Economia Popular e Solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local solidário.

Referências

- ANTUNES, R. 2006. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed., São Paulo, Boitempo, 261 p.
- BRASIL. 2006. Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 jan.
- BRASIL. 2012. Lei nº. 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jul.
- BRUNO, L. 1996. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: L. BRUNO (org.), *Educação e desenvolvimento econômico*. São Paulo, Atlas, p. 91-123.
- BRUNO, L. 2011. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 16(48):545-562.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000300002>
- CANO, W. 1977. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3ª ed., Campinas, Unicamp, 317 p.
- DAGNINO, R. (org.). 2010. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2ª ed., Campinas, Komed, 302 p.
- DOWBOR, L. 1995. *O que é poder local?* São Paulo, Brasiliense, 85 p.
- DOWBOR, L. 2010. Um modelo mundial insustentável. In: E. PIETÁ, (org.), *A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental: 2003-2010 – o Brasil em transformação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 147-156.
- DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (orgs.). 2008. *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 400 p.
- FRANÇA, C.; CALDAS, E.; VAZ, J. (orgs.). 2002. *Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local*. São Paulo, Instituto Pólis, 80 p.
- FURTADO, C. 1963. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Cultura, 243 p.
- FURTADO, C. 1981. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 267 p.
- GAIGER, L. 2003. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, 39:181-211. Disponível em: http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf. Acesso em: 02/05/2012.
- LIMA, J. 2014. *A Economia Popular e Solidária como estratégia para o desenvolvimento local solidário no município de Feira de Santana – Bahia*. Salvador, BA. Tese de Doutorado. Universidade Estadual da Bahia, 335 p.
- MANCINI, E. 2004. *Fome Zero e Economia Solidária – O desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil*. Curitiba, Editora Popular, 278 p. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mancine/biblioteca/fomezero.pdf>. Acesso em: 25/01/2011.
- MIGLIOLLI, J. 1985. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, TAQ, 301 p.
- NOVAES, H. 2011. Algumas notas sobre a concepção marxista do Estado capitalista no século XX. In: E.A. BENINI; M.S. de FARIA; H.T. NOVAES; R. DAGNINO (orgs.), *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo, Expressão Popular, p. 169-216.
- PATEO, F.; SÍGOLO, V. 2010. *Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias*. São Paulo, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/USP), 20 p.
- POLANYI, K. 1980. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 360 p.
- PUTNAM, R.D. 2008. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. 2ª ed., Rio de Janeiro, FGV, 260 p.
- SANTOS, B. (org.). 2005. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 215 p.
- SINGER, P. 2000. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: P. SINGER; A. SOUZA (orgs.), *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 11-28.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- SMITH, A. 1982. *A riqueza das nações*. São Paulo, Abril Cultural, 132 p.

- TEIXEIRA, E. 2001. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo/Recife/Salvador, Cortez/EQUIP/UFBA, 224 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS). 2010. *Carta de Princípios da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana*. 12/2010. Feira de Santana, Editora da UEFS, 23 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS). 2012. *Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana*. Feira de Santana, IEPS, 34 p.
- WALRAS, L. 1986. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo, Nova Cultural, 269 p.

Submetido: 05/01/2015
Aceito: 14/01/2016